

valores em €	30-Abr	Column2	%
EUA Spot	16,41	16,48	-0,42%
Fut 2011	17,15	17,26	-0,64%
Fut 2012	18,01	18,08	-0,39%
Fut 2013	19,44	19,42	0,10%
CERs Spot	13,11	13,24	-0,98%

	30-Abr	%
UK Gas (NBP p/th)	57,89	-10,04%
Carvão (API2 USD/t)	124,60	-0,80%
Brent (USD/barrel)	125,89	7,39%
Crude (USD/barrel)	113,92	7,23%
German Baseload	59,10	-1,09%

Mercados de CO₂

Mercado de carbono corrige a 0,4% em Abril

Os preços das licenças de carbono estiveram estáveis e acima dos €16,00 ao longo de todo o mês de Abril, tendo encerrado na última sessão a € 16.41, cerca de 0,4% abaixo do fecho do mês de Março. A subida do preço do petróleo e a quebra em mais de 10% do preço do gás natural, acabaram por não ter uma influência significativa no evoluir dos preços do carbono, quase sempre em forte correlação com os preços da electricidade na Alemanha (German Baseload). A liquidez no mercado regulado à vista (Bluenext) foi novamente reduzida, tendo-se transaccionado em média 225 000 licenças por dia. No sentido de restaurar a confiança neste mercado, e aumentar os volumes transaccionados, a bolsa Bluenext lança a partir do dia 3 de Maio a sua iniciativa **Safe Zone**, iniciativa que visa instituir um mercado devidamente regulamentado e mais seguro, onde as licenças possam ser comercializadas e monitorizadas desde a sua origem. (cont. pág. 2)

Resultados das verificações de 2010

Ao longo do mês de Abril foram sendo divulgados pela Comissão Europeia (CE) os resultados das verificações das emissões de 2010. De acordo com os dados apresentados pela CE a 15 de Abril, o total de emissões em 2010 foi de cerca de 1 863 MtCO₂, mantendo-se um cenário excedentário, embora com uma subida de 3% face às emissões verificadas em 2009. Este aumento, de alguma forma, vem colocar em causa a desejada quebra da ligação entre o crescimento económico (este ano o Produto Interno Bruto (PIB) dos 27 subiu cerca de 1,7%) e as emissões de dióxido de carbono.(cont. pág.2 e 3)

5º Fórum Mundial sobre Pegada de Carbono de Produtos

A Ecoprogresso esteve presente, nos passados dias 7 e 8 de Abril, no 5º fórum Mundial sobre pegadas de carbono de produtos que se realizou em Zurique, na Suíça.

150 Delegados e oradores internacionais estiveram presentes: empresas privadas, entidades governamentais e organizações não-governamentais bem como instituições académicas, abordaram questões relacionadas com a credibilidade da informação das pegadas de carbono de produtos. (cont. pág.3 e 4)

Mercados de CO₂ (cont.)

Iniciativa Safe Zone da bolsa Bluenext

A Banif Ecoprogresso Trading, S.A., na qualidade de intermediário na comercialização de activos ambientais e de energia para as empresas industriais e fundos de carbono, é membro da bolsa Bluenext desde 2005, altura em que se iniciaram as transacções de carbono em toda a Europa. Esta bolsa tem sido líder nas transacções do mercado *spot* desde a sua origem, sendo por exemplo a referência de preço para o cálculo da tarifa de energia eléctrica em Portugal.

As recentes fraudes no mercado de carbono, nomeadamente o roubo de licenças em vários países europeus (Portugal não incluído), levaram os registos nacionais a subirem os seus níveis de segurança, nomeadamente através da obrigatoriedade de introdução de um código de segurança nas transferências de licenças.

Neste contexto de melhoria das condições de segurança e aumento da confiança no mercado, também a bolsa de referência Bluenext irá lançar no dia 3 de Maio a iniciativa *Safe Zone* (Safe Harbour Initiative™), data a partir da qual apenas as unidades verificadas podem ser comercializadas na Bluenext.

Para se atingir o fim referido, a Bluenext irá reforçar o processo de controlo das contas de depósito dos seus membros. Será feito um acompanhamento e verificação da cadeia de transferências desde o passo 0 (emissão/entrega) até à entrada na bolsa Bluenext. Apenas as unidades que foram totalmente rastreadas e verificadas ficarão disponíveis para comercialização nos instrumentos existentes em bolsa.

O processo de verificação exige que os operadores forneçam à Bluenext, numa base de confidencialidade, um acesso às suas contas de depósito de operador. Este acesso será apenas um acesso de leitura da Conta de Registo, de modo a que a cadeia de transferência possa ser verificada.

Este processo irá permitir, usando o número de série da Licença, identificar a conta da transacção precedente da cadeia de transferências até que a Bluenext chegue a uma conta de Estado Membro ou à emissão original da Licença.

Apesar das virtudes deste sistema de verificação, muitos registos nacionais, incluindo o registo português, não tem ainda as soluções técnicas e/ou jurídicas que permitam um acesso apenas de leitura da Conta de Registo. No entanto, a Banif Ecoprogresso Trading tem estado a trabalhar com a Bluenext e com o registo Português de forma a encontrar as melhores soluções que permitam continuar a oferecer a todos o acesso simples e seguro ao mercado regulado de Carbono.

Para mais informações:

www.safe-harbour-initiative.com

Em caso de dúvidas por favor contacte:

Banif Ecoprogresso Trading – Francisco Rosado 21 798 1212
frosado@ecotrade.pt

Francisco Rosado

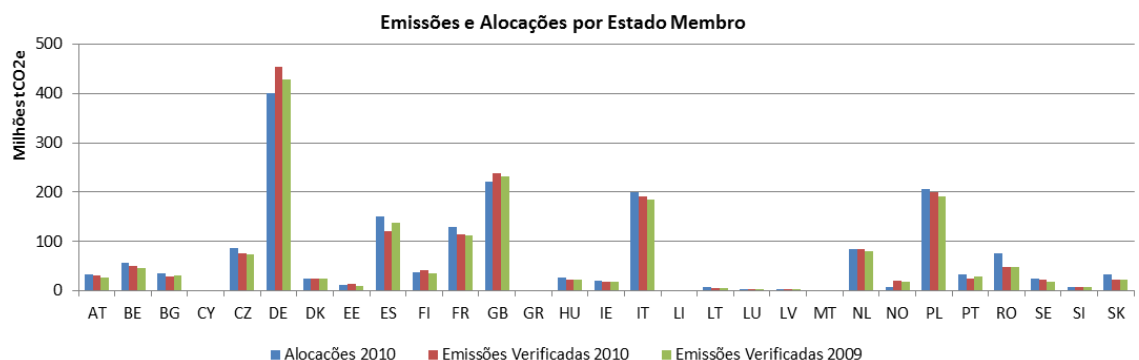
Director-Geral

frosado@ecotrade.pt

Resultados das verificações de 2010 (cont.)

O Chipre, Grécia, Malta e o Liechtenstein não reportaram as suas emissões até 31 de Março, entrando assim em incumprimento, não estando até ao momento clarificados os resultados das verificações nestes quatro países, os quais não contribuíram para os valores apresentados no presente artigo.

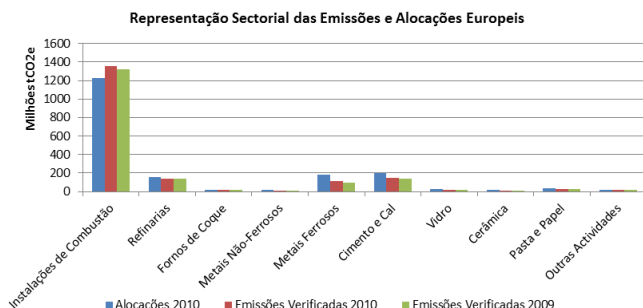
Face ao total de alocação em 2010, 1919MtCO₂, houve um excesso de licenças (2,7%) fazendo com que este ano o valor excedentário total se contabilize em cerca de 53 MtCO₂.



Resultados das verificações de 2010 (cont.)

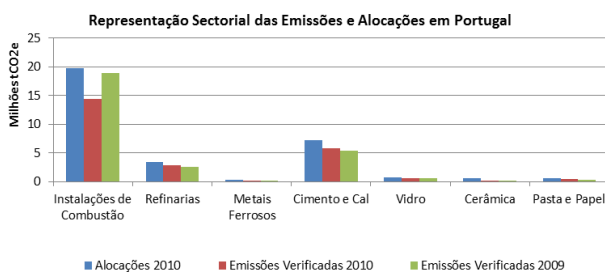
A Alemanha, o Estado Membro mais emissor, apresentou um incremento nas suas emissões face a 2009 de 6%, quando, segundo dados do Eurostat, o seu crescimento económico foi de 3,5%. Esta tendência verificou-se também para os dois outros grandes emissores, Reino Unido e Polónia. Estes dois países viram a sua economia crescer cerca de 1,3% e 3,8%, em linha com um aumento das suas emissões, respectivamente de 2,4% e 4,3%.

No gráfico abaixo está representada a distribuição das emissões pelos diferentes tipos de actividades abrangidos pelo Comércio Europeu de Licenças de Emissão (CELE). Como seria de esperar, a actividade com maior representação são as instalações de combustão (com potência térmica nominal superior a 20 MW), que representam cerca de 64% do total de emissões.



As actividades que apresentaram uma maior subida das emissões foram as da produção de Metais (a componente de metais ferrosos subiu 27%, e a de metais Não-Ferrosos 18%), e as instalações com Fornos de Coque (que subiu 19%). As instalações de combustão também apresentaram um aumento modesto de 2% nas suas emissões.

De uma forma geral o aumento das emissões verificou-se ao nível industrial, fruto do aumento dos níveis de produção essencialmente verificados no 2º semestre de 2010.



O gráfico anterior permite observar que, em Portugal, as instalações de combustão continuam a ser o sector mais emissor (sendo claramente a maior “fatia” assegurada pelas termoeléctricas), seguido das instalações de cimento e cal (um pouco como no resto da Europa). Ainda assim, este ano, Portugal distinguiu-se da maioria dos restantes Estados Membros, pois as emissões verificadas reduziram 14,5%, representando menos 4,1 MtCO₂. Esta redução parece confirmar os resultados esperados da aposta na diversificação das fontes de energia nos últimos anos, que têm vindo a integrar uma maior quantidade de renováveis.

Portugal e Espanha foram este ano os países que apresentaram uma maior redução nas suas emissões, de 14,5%, e 11,3% respectivamente, apesar do seu indicador de riqueza gerada ter crescido -0,2% e 1,4%, estando nos dois casos a redução associada à produção de energia renovável. Estes países, juntamente com a Bulgária e a Roménia, contribuíram de alguma forma para amenizar a subida generalizada que ocorreu nas emissões da União Europeia.

Analisando os dados de 1999 a 2008, um relatório da agência de estatísticas Eurostat da União Europeia (UE), apontado pela Point Carbon, indicava que a UE estaria “a conseguir quebrar o vínculo entre o crescimento económico e as emissões de GEE” sendo que o “PIB da UE aumentou mais de 20 por cento no período 1999-2008, enquanto que as emissões de GEE diminuíram 2,4 por cento” (Eurostat, 2011)

Apesar de pouco menos de metade das emissões de Gases com Efeito de Estufa (GEE) da União Europeia (UE) estarem abrangidas por este esquema obrigatório de comércio de emissões, os resultados de 2010 revelam um contraste face à tendência de longo prazo para a melhoria da intensidade de carbono.

Virgílio Figueiredo
 Consultor Júnior
vfigueiredo@ecoprogresso.pt

5º Fórum Mundial sobre Pegada de Carbono de Produtos (cont.)

Estiveram em debate os seguintes temas:

- As normas internacionais emergentes;
- O processo de garantia e verificação;
- As diversas iniciativas e programas internacionais;
- A relevância prática;
- As implicações para as economias emergentes e o comércio internacional.

5º Fórum Mundial sobre Pegada de Carbono de Produtos (cont.)

A pegada de carbono associada ao ciclo da cadeia de valor de um produto é uma peça fundamental no *puzzle* da sustentabilidade de um bem ou de um serviço. E, por isso mesmo, os inventários de emissões de gases com efeito de estufa de produtos e serviços, para além dos corporativos, desempenham um papel cada vez mais importante nas estratégias ambientais e de sustentabilidade das empresas. É essencial, por isso, que os destinatários de tais informações quer sejam os clientes, fornecedores, consumidores finais ou grupos interessados tenham confiança na informação fornecida.

Essa confiança é promovida pela adopção de mecanismos de análise crítica da informação que é veiculada e por processos de auditorias conduzidos por entidades independentes. No entanto, só faz sentido conduzir uma verificação externa quando há normas harmonizadas globalmente.

As normas internacionais constituem assim um marco importante para a aplicação uniforme do processo de contabilização essencial para gestão de carbono e de comunicação com clientes e partes interessadas. As mais relevantes são:

- O Protocolo específico de pegadas de produtos do WRI/WBCSD (WRI/WBCSD – World Resources Institute, World Business Council for Sustainable Development.) prevista para o próximo Outono (a adicionar ao suplemento do protocolo de GEE específico para o âmbito 3 (aqui não é de comunicação voluntária mas sim obrigatória) que também está na sua fase final de lançamento),
- A norma ISO 14067 prevista para o próximo ano e que está a ser construída com base nos documentos já existentes,
- A norma francesa BPX 30-323 que dá resposta ao requisito legal francês obrigando à disponibilização das pegadas de carbono de diversos produtos de consumo,
- A norma britânica PAS 2050 desenvolvida pela Defra (DEFRA – Departamento do Ambiente, alimentação e assuntos rurais do governo do Reino Unido) que será revista ainda este ano.

A adequação a esta realidade coloca desafios às empresas: na complexidade da recolha da informação necessária, na selecção da abordagem mais adequada (top-down ou bottom-up), na construção de uma infraestrutura de suporte da informação suficientemente robusta e no envolvimento de cadeias de fornecimento e distribuição muitas vezes complexas.

Nunca é demais reforçar que só com base em informação fiável, transparente, honesta, mensurável e comparável será possível às empresas e aos consumidores tomarem opções conscientes.

A política climática, desenvolvida desde o início dos anos 90 pelas Nações Unidas, tem sido baseada numa abordagem territorial das emissões de carbono e não em tectos baseados no consumo, que consideraria todo o impacte desde a produção a montante até ao consumo a jusante. Na actual abordagem há sempre o risco de se deslocalizar o problema e intensidade das emissões para outros países, o chamado perigo da fuga de carbono. Num mundo globalizado, onde as cadeias de fornecimento estão em constante mudança, as abordagens baseadas no ciclo de vida de produtos serão cada vez mais importantes na monitorização da eficácia ambiental das políticas públicas que pretendem uma redução efectiva de emissões (Peters, GP; 2010).

A abordagem de ciclo de vida é a única forma que permite conhecer e monitorizar todo o impacte carbónico de um produto, bem ou serviço e, por isso, detectar sempre que uma alteração (uma mudança de fornecedor, de combustível, de mudança de comportamentos dos consumidores) representa um aumento ou uma diminuição das emissões de GEE. As empresas realmente interessadas e motivadas em contribuir com valor acrescentado para a sustentabilidade das suas operações consideram o que podem fazer para melhorar e tornar mais eficientes os seus produtos consumidos por todos nós.

Peters, GP, 2010. Policy update: managing carbon leakage. Future Science-Vol. 1, No. 1, Pages 35-37, disponível em <http://www.future-science.com/doi/full/10.4155/cmt.10.1>

Mais informação sobre o PCF Fórum - <http://www.pcf-world-forum.org/>

Ana Martins

Coordenadora

amartins@ecoprogresso.pt



Business Carbon Label Carbon Labelling carbon Trust CDP Communication
Daniel Goleman EU Experimentation food GHG GHG
Protocol Grenelle 2 Greg Norris Guardian
Media initiatives ISO 14040
ISO 14067 PAS 2050 PCF Project PCR
policy **Product Carbon Footprinting**
Roadtesting **scope3 standard standardisation Supply Chain Transparency wbcscd**

Novo Alerta para a Verificação dos Dados para o Pós-2012

Tal como referido na nossa EcoNews de Março, as instalações que estão actualmente abrangidas pelo Comércio Europeu de Licenças de Emissão (CELE) e aquelas que irão ficar abrangidas no próximo período, terão que proceder à recolha de informação para o cálculo da alocação no pós-2012 e preenchimento de dois formulários, um em Word para descrição da metodologia e outro em Excel para recolha dos dados, os quais terão que ser sujeitos a verificação extraordinária a ocorrer antes do dia **30 de Junho do presente ano**. Até à referida data, os operadores terão que submeter por email à APA (cele@apambiente.pt) os formulários devidamente preenchidos e verificados e o relatório da referida verificação.

Os referidos formulários terão que ser preenchidos e verificados por todos os operadores abrangidos pela Directiva CELE, mesmo os que possam vir a ser considerados como “*small-emitters*”. As instalações exclusivamente produtoras de electricidade terão que preencher os formulários mas não terão que os submeter a verificação.

Os referidos formulários e orientações são disponibilizados pela APA em:

http://www.apambiente.pt/Instrumentos/CELE/CELE_2_013-2020/Nov_Reg_Aloc/Form_Rec_Dados/Paginas/default.aspx

Aproveitamos para relembrar que hoje e nos próximos dias 6 e 10 de Maio, estão a ser realizados pela APA *workshops* sectoriais sobre esta matéria:

- 5 de Maio – Agro-alimentar/Agro-florestal/Têxtil/Extracção Mineral
- 6 de Maio – Cimento e Cal/Vidro/Cerâmica
- 10 de Maio – Químico/Pasta/Papel/Refinação/Metais Ferrosos

Atenção que os referidos formulários são complexos e irão exigir uma leitura aprofundada quer do *Draft* da Decisão da Comissão com as regras para a atribuição gratuita de licenças, quer dos respectivos guias de orientação, pelo que é aconselhável que os operadores iniciem o preenchimento dos formulários o quanto antes. Adicionalmente e uma vez que o prazo é curto e os verificadores são apenas os que já tinham sido aprovados para a verificação das emissões de 2010, é aconselhável que seja agendada a verificação o mais breve possível.

Catarina Vazão
Directora Geral
cvazao@ecoprogresso.pt

Reforço na rede de parceiros da Ecoprogresso

O caminho a percorrer em direcção a uma sociedade de Baixo Carbono exige, cada vez mais, uma monitorização atempada da pegada de carbono para direccionar a acção para o que realmente é importante: reduzir emissões. Desta forma, é necessário que o tempo despendido na recolha e tratamento de informação, na selecção das metodologias de cálculo e posteriormente nas fases de auditoria, análise comparativa das séries históricas e reporte da informação, seja optimizado o mais possível para que a empresa se possa focar na concretização dos seus programas de mitigação. Neste sentido, a adopção de soluções tecnológicas de automação de todo o processo, adaptadas à realidade específica de cada organização, é algo que pode libertar tempo para direccionar as empresas para a gestão do seu risco (reputacional, regulamentar e físico) face às Alterações Climáticas.

Num esforço de reforçar o posicionamento dos seus clientes em torno do compromisso e responsabilidade face às alterações climáticas, a Ecoprogresso encontra-se a estabelecer uma rede de parcerias com fornecedores de *software* especializado para esta área, podendo assim promover diferentes opções que melhor se adaptem às necessidades e abordagens definidas pelos diferentes clientes.

Para que todo processo decorra de forma ágil, harmonizada, adaptada à realidade nacional e se garanta a excelência na qualidade dos resultados finais, a Ecoprogresso apoiará na parametrização e acompanhamento da implementação destes *softwares* às empresas que pretendam internalizar a monitorização das suas pegadas de carbono

É neste âmbito que a Ecoprogresso anuncia a parceria com a *Greenstone Carbon*, detentora do *software* *Acco₂unt*.

O *software* da *Greenstone Acco₂unt* permite às organizações medir, gerir, guardar, planear e reportar as emissões de gases com efeito de estufa, acompanhar o desempenho da sua pegada de carbono em diversos níveis organizacionais e ainda modelar com precisão as estratégias de redução da pegada de carbono. O *Acco₂unt* pode reduzir significativamente o peso das auditorias e o tempo de produção de relatórios para fins de conformidade, para as partes interessadas e clientes. Uma extensa lista de fontes de emissão é incluída no cálculo. O *software* abrange viagens, energia e transportes, informática, juntamente com o consumo de água e resíduos.

<http://www.greenstonecarbon.com/software.php>

Ana Martins
Coordenadora

amartins@ecoprogresso.pt

Informação:

Ana Martins foi nomeada pela Associação Portuguesa de Engenharia do Ambiente (APEA) como vogal efectiva em alguns dos grupos de trabalho da comissão técnica 150 (CT 150), na área de gestão ambiental: Pegada de Carbono (SC7/GT2), Ecodesign (SC1/GT4), Rotulagem ambiental (SC3), Avaliação do ciclo de vida (SC5) e gestão de gases com efeito de estufa e actividades relacionadas (SC7).

O trabalho da CT 150 consiste na normalização de instrumentos e sistemas de gestão ambiental, tendo em vista o desenvolvimento sustentável, e é assegurado pela Agência Portuguesa do Ambiente enquanto Organismo de Normalização Sectorial. A CT 150 é um órgão técnico no qual participam em regime de voluntariado, entidades envolvidas nas matérias em causa traduzindo, tanto quanto possível, uma representação equilibrada das partes interessadas relevantes.

No mês de Maio serão carbonfree:

- 3 de Maio - 25 Anos da Procesi
- 11 de Maio - 11ª Conferência do jornal Água&Ambiente no Centro Cultural de Belém
- 17 Maio - SAP Business Analytics Forum 2011 no Centro Cultural de Belém
- Brochura de sustentabilidade do BES/2010



NOTA: Os textos desta newsletter não foram escritos de acordo com o novo acordo ortográfico.

A Ecoprogresso é uma empresa:

**Para mais informações contacte:**

Maria João Ramos | Departamento de Comunicação
mramos@ecoprogresso.pt
T +351 217 981 210

**Para Trading de Licenças contacte:**

Francisco Rosado | Departamento de Trading
frosado@ecotrade.pt
T +351 217 981 212